

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 294

Período: 24/05/2008 a 30/05/2008

GEDES -Brasil

- 1- Divergências entravam criação do Conselho de Defesa Sul-Americano
- 2- Permanência ou retirada das tropas brasileiras na missão de paz do Haiti é foco de debate
- 3- Governador de Roraima critica demarcação contínua de reserva indígena, e governo federal ensaia mudança na Lei dos Estrangeiros
- 4- Forças Armadas são acionadas para auxiliar no controle de epidemias entre índios
- 5- Presidente discursa sobre Amazônia
- 6- Traficantes travam embate com tropas do Exército no Rio de Janeiro

1- Divergências entravam criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, não houve acordo para institucionalizar, no dia 23/05/08, em Brasília (Distrito Federal), a criação do Conselho de Defesa da América do Sul, principalmente pela falta de consenso em relação às funções do organismo. Michelle Bachelet, presidente do Chile, chegou a sugerir que fosse criado um grupo de trabalho nos moldes da União das Nações Sul-americanas (Unasul) para estudar melhor os objetivos e atividades do Conselho em questão, afirmando que em um prazo de três meses, poderia surgir algo concreto. Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, disse que a presença de seu país no Conselho está ligada ao reconhecimento de uma concepção comum acerca da caracterização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) enquanto grupo terrorista. O jornal avaliou que essa falta de conformidade constituiu uma frustração para Nelson Jobim, ministro da Defesa brasileiro, que mantinha alto grau de otimismo quanto à criação do Conselho. A *Folha* verificou que além da questão colombiana, a preferência do Brasil em dar um status de foro político ao órgão somados ao fato de Venezuela e Colômbia preferir algo de maior operacionalidade, também emperrou o fechamento do acordo. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, propôs para Luis Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, que o Conselho tenha atuação no âmbito regional, além de orçamento próprio. Para Chávez, os países do continente devem tratar dos seus problemas sem interferências estrangeiras, tendo seu ministro da Defesa opinado que presença do Brasil na missão de paz no Haiti (Minustah) deveria se direcionar para as questões sociais, em detrimento da fase de segurança. Lula rebateu dizendo que as Forças Armadas estão cumprindo seu papel de restauração da paz. Marco Aurélio Garcia, assessor do Planalto para Assuntos Internacionais, disse que essas discussões já são uma iniciativa para a criação do Conselho. De acordo com a opinião do analista Demétrio Magnoli, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Conselho pode ser visto como um exemplo para o estudo de uma política externa brasileira presa entre o interesse nacional e as ações pouco pensadas de uma esquerda que não consegue aprender. Segundo ele, se o interesse brasileiro é promover a estabilidade no entorno sul-americano, deveria poder contar com o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA), não tê-la como obstáculo à constituição de um órgão de segurança

regional. Magnoli considera a proposta brasileira relativamente infundada ou vazia, o que pode levar esse Conselho a ser somente um foro consultivo de debates da OEA. Ademais, Magnoli especula sobre a possibilidade de a Venezuela, através do Conselho, atingir o intento de isolar a Colômbia, por meio de uma articulação regional. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/05/08; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/05/08).

2- Permanência ou retirada das tropas brasileiras na missão de paz do Haiti é foco de debate

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Roberto Abdenur, diplomata de carreira aposentado e diretor do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), expressou que o envio de soldados brasileiros para a missão da Organização das Nações Unidas (ONU), no Haiti, foi acertada e oportuna, mas as Forças Armadas devem enfrentar novas problemáticas que requerem grande atenção. Abdenur insere a atuação brasileira dentro de um panorama de consolidação e ampliação da presença do país em âmbito continental e mundial, ganhando força para conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Abdenur elogiou os soldados nessa missão, enfatizando sua liderança na árdua tarefa de pacificar a região e contribuir com a transição política, o fortalecimento da economia e a formação de instituições democráticas no Haiti. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) obteve sucesso na esfera militar, graças ao suporte dado pelo Itamaraty, pelo Conselho de Segurança (CS da ONU), e também, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Abdenur afirmou que a ação brasileira no Haiti tem como base a prudência e o comedimento, utilizando a força apenas como último recurso e tendo a simpatia da população haitiana como principal objetivo para se firmar na região. A presença de vários países sul-americanos na Minustah foi considerada positiva na visão de Abdenur, pois prepara a organização de futuras operações de paz em conjunto, talvez sob a égide do Conselho de Defesa Regional e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). No entanto, Abdenur considera que além da atuação das tropas brasileiras na Minustah, outras questões de interesses nacionais requerem atenção das Forças Armadas Brasileiras, tais como a proteção das águas brasileiras, intensificação da defesa no espaço aéreo e a soberania da Amazônia. De acordo com o diplomata, não seria prudente a retirada abrupta dos soldados brasileiros no Haiti, mas se faz necessário negociar com a ONU uma saída organizada e planejada. Ricardo Seitenfus, também em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, sugere que uma repentina saída das tropas brasileiras no Haiti acarretaria duas tragédias e uma constatação. A primeira tragédia seria traduzida pelo fato da retirada de tropas brasileiras acarretar a remoção de outros contingentes sul-americanos que contribuem com a missão, enfraquecendo de forma significativa a ajuda internacional ao país mais pobre das Américas. Com isso, o retorno à estabilidade política seria iminente, a não ser que fosse instaurado um regime de protetorado no Haiti, sob a responsabilidade das grandes potências. A segunda tragédia incidiria sobre o Brasil, pois seria muito difícil justificar a saída repentina das tropas, já que o ato iria de encontro aos projetos brasileiros de liderança no enfoque Sul-Sul. Com isso, seria constatada a incapacidade brasileira de resolver questões regionais. De acordo com Seitenfus, se a crise haitiana for devidamente resolvida, representará um novo modelo de solução de conflitos, no qual o Brasil ocupa papel central, além de demonstrar a

capacidade dos países latino-americanos de resolver seus problemas sem a presença de uma superpotência do hemisfério norte. Para a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, Nelson Jobim pretende enviar mais cem militares de batalhões de engenharia ao país. O ministro afirmou que a retirada das tropas brasileiras do Haiti deve ocorrer apenas após a reconstrução deste país, do contrário, as gangues retornariam ao poder imediatamente. Jobim afirmou ainda que pretende retomar a discussão sobre o emprego das Forças Armadas brasileiras nas favelas brasileiras. Por outro lado, ainda de acordo com ambos jornais, o presidente haitiano René Preval pediu, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 28/05/08, que ocorressem mudanças na composição das tropas da missão, no sentido de haver um número maior de engenheiros e policiais, em detrimento de militares, pretendendo enfatizar a reconstrução do país e o policiamento das cidades. Porém, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tais alterações devem ser autorizadas pela ONU. O presidente Lula anunciou uma nova etapa de auxílio ao Haiti, que poderá contar com o financiamento de projetos de infra-estrutura e afirmou que as tropas permanecerão no país até quando a ONU considerar necessário e enquanto o Haiti entender que a força de paz é eficiente em suas tarefas. (Folha de S. Paulo – Opinião – 24/05/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/05/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 29/05/08; O Estado de S. Paulo – Internacional - 28/05/08; O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/05/08).

3- Governador de Roraima critica demarcação contínua de reserva indígena, e governo federal ensaia mudança na Lei dos Estrangeiros

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criticou a política indigenista do governo federal, expressando que, no caso do impasse na Reserva indígena Raposa/Serra do Sol, o governo está acobertando interesses internacionais. Durante o seminário “Amazônia e a Realidade Brasileira”, ocorrido no Clube da Aeronáutica, Anchieta Júnior afirmou que o problema na reserva indígena não são os índios, mas a demarcação contínua, que atende aos interesses das grandes potências que agem na Amazônia, por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Nas palavras do governador “o índio não atrapalha a soberania. É a demarcação em área contínua deixando que representa uma ameaça à soberania do Brasil. Sobre o mesmo assunto, o *Jornal do Brasil* informou que das recentes críticas do comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno, à política indigenista do governo federal, surtiu o primeiro efeito com a mudança na Lei dos Estrangeiros, que busca enquadrar as ONGs estrangeiras nas novas diretrizes nacionais. A nova lei tornará obrigatória a prévia autorização para a concessão de visto ou residência para a atuação de estrangeiros em terras indígenas ou em regiões consideradas estratégicas, fazendo com que a responsabilidade desta nova atribuição fique dividida entre os Ministérios da Defesa e da Justiça. Estas mudanças propostas pelo Ministério da Defesa representam uma reação por parte do governo diante da constatação de desvio de finalidade envolvendo algumas ONGs que atuam na região Amazônica. De acordo com o jornal, tais mudanças na lei agradam os militares, que vinham criticando a atuação do governo frente as ONGs na Amazônia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/05/08; *Jornal do Brasil* – País – 25/05/08).

4- Forças Armadas são acionadas para auxiliar no controle de epidemias entre índios

O jornal *O Estado de S. Paulo* notificou que índios que residem em uma área praticamente isolada na selva da floresta amazônica (localizada na fronteira do Brasil com o Peru) enfrentam índices alarmantes de malária, hepatite e desnutrição. Pressionada pela gravidade da situação, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) buscou auxílio no Exército, na Marinha e na Aeronáutica para iniciar uma operação de proporções inéditas, com o objetivo de vacinar e rastrear epidemiologicamente os índios da região. Para a operação, as Forças Armadas disponibilizaram helicópteros e embarcações com o objetivo de facilitar o envio de equipes e materiais, além de militares para auxiliar na montagem de toda infra-estrutura para os atendimentos. A operação, conhecida como operação especial do Vale do Javari, começou no dia 19 de abril, Dia do Índio, juntamente com a abertura do mês da Vacinação dos Povos Indígenas. A atuação das Forças Armadas em tarefas secundárias e que, muitas vezes, não fazem parte de seu escopo, tem sido um assunto amplamente discutido, como na questão do combate às doenças e também no combate ao crime organizado, sem que se consiga chegar a uma conclusão, como expôs o jornalista Clóvis Rossi, em opinião expressa no jornal *Folha de S. Paulo*. (Folha de S. Paulo – Opinião – 29/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/05/08).

5- Presidente discursa sobre Amazônia

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso de abertura do 20º Fórum Nacional, declarou que “a Amazônia tem dono” e que estes são “os índios, os seringueiros e o povo, que têm consciência da importância da diminuição do desmatamento”. O discurso foi uma resposta às cobranças internacionais para que o governo consiga deter o desmatamento da região. Lula criticou o fato de que alguns países, que segundo ele são responsáveis por 70% da poluição mundial, imputem à Amazônia da América do Sul a responsabilidade por tudo o que não fizeram no século passado referente à contenção dos desmatamentos. O presidente defendeu o papel do Brasil na nova ordem mundial e afirmou que a preservação da floresta não pode impedir o desenvolvimento da região que corre o risco de ser “segregada” caso não haja condições de desenvolvimento. Segundo a *Folha de S. Paulo*, dentre os ouvintes estava presente o colunista do jornal "The New York Times", Roger Cohen, que recentemente publicou no jornal americano a reportagem intitulada "De quem é esta floresta amazônica, afinal?" no qual divulgou que algumas lideranças mundiais afirmam que a Amazônia é um “patrimônio mundial” e não apenas dos países que dividem seu território. No discurso, Lula também criticou a cobertura da imprensa sobre a criação da União das Nações Sul-Americanas de Nações (Unasul), oficializada no dia 23/05/08, ressaltando que este é o primeiro passo para uma integração continental semelhante a União Européia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/05/08; Jornal do Brasil – Economia – 27/05/08).

6- Traficantes travam embate com tropas do Exército no Rio de Janeiro

O *Jornal do Brasil* noticiou que setores de inteligência da polícia do Rio de Janeiro

estão investigando a informação de que traficantes teriam entrado em conflito com tropas do Exército no Forte do Leme. A Força não confirmou a informação em nota. No entanto, José Mariano Beltrame, secretário de segurança do Rio, afirmou, em audiência na Câmara dos Deputados, que houve uma última invasão pela mata na região onde se localiza o quartel. Segundo o jornal, os relatos do secretário ainda informam que os arames de proteção na área do forte estariam cortados. A assessoria de imprensa do Comando Militar do Leste (CML) informou, em nota, que "áreas jurisdicionadas ao Exército no Leme e no morro da Babilônia contam com serviço de Guarda Patrimonial, para proteger os bens da União sob a responsabilidade da Força Terrestre, na forma do que está previsto nas leis normas e regulamentos em vigor"; e ainda diz que o reforço militar na região ocorre em situações extraordinárias, quando há informações sobre a possibilidade de conflito entre os traficantes. (Jornal do Brasil – Rio – 29/05/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).